



ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Polícia Federal fará vigilância por terra e ar

Para coibir crime eleitoral, corporação vai mobilizar seis mil homens no domingo, data do primeiro turno do pleito, e comandará ações com drones. Agentes já confiscaram R\$ 16,7 milhões em bens e dinheiro por tentativa de compra de voto

» RENATO SOUZA

Em um ano em que campanhas eleitorais municipais registram cenário violento, com diversas ocorrências pelo país, a Polícia Federal informou que vai intensificar as ações no domingo, dia em que os eleitores vão às urnas em todos os estados. Em comunicado, a corporação informou que seis mil homens estão destacados para atuar no combate a crimes eleitorais, inclusive boca de urna, compra de votos e transporte irregular de eleitores.

Além da presença dos agentes, a PF vai usar drones para fiscalizar os locais de votação. O foco são áreas com maior criminalidade, tendo como base os dados da chamada mancha criminal — mapeamento feito pelas autoridades de áreas onde ocorrem mais casos de violência. Por lei, nem eleitores nem candidatos podem ser presos no dia, exceto em caso de flagrante. E se isso ocorrer, o detido deve ser apresentado imediatamente a um juiz, que pode manter ou relaxar a prisão, a fim de evitar que encarceramento arbitrário seja usado para interferir nos resultados do pleito.

"Durante as eleições, a PF não só atende às requisições da Justiça Eleitoral, como também integra o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, coordenando ações com outros órgãos de segurança para assegurar a integridade do processo. Uma das atuações de destaque neste ano foi a participação de peritos criminais federais nos testes de validação das urnas eletrônicas, garantindo a confiabilidade do sistema de votação", ressaltou a PF, em nota.

Segundo a corporação, "as maiores preocupações nas eleições de 2024 incluem o aumento da difusão de fake news e desinformação sobre o processo eleitoral, o uso indevido de inteligência artificial e deepfakes em propagandas, a violência política, especialmente a violência de gênero, e a participação do crime organizado no apoio a candidatos".

Neste ano, a PF deflagrou 40 operações de combate a crimes eleitorais e apreendeu mais de R\$ 16,7 milhões em bens, sendo R\$ 11 milhões em espécie, ligados a irregularidades durante a propaganda eleitoral. Estão em curso na corporação 2.200 inquéritos

Divulgação



Na quarta-feira, no Rio de Janeiro, a PF prendeu um homem que estava com R\$ 1,9 milhão em espécie em um estacionamento de Duque de Caxias

Reprodução



Candidato à Prefeitura de Coari, no Amazonas, fez "chover dinheiro" em comício e foi preso pela Polícia Federal

sobre crimes eleitorais e contra o Estado Democrático de Direito.

Na quarta-feira, no Rio de Janeiro, a PF prendeu um homem que estava com R\$ 1,9 milhão em espécie em um estacionamento de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Em João Pessoa, no bairro de Tambaú, um suspeito

foi detido com R\$ 300 mil em espécie. Em ambos os casos, a suspeita é de que o dinheiro seria usado para compra de votos.

Operação no Amazonas

Ontem, a PF deflagrou uma operação para desarticular uma

organização que surgiu após a associação entre integrantes de uma facção criminosa e policiais militares para beneficiar uma candidatura em Parintins, no Amazonas.

As investigações apontam que, com o envolvimento de líderes comunitários, os

criminosos impediam acesso de determinados candidatos a algumas regiões da cidade. Foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão.

A apuração surgiu após uma notícia de fato instaurada pelo Ministério Público. Os policiais atuavam ignorando as denúncias e não agindo para garantir o acesso dos postulantes à Prefeitura às regiões bloqueadas pelo tráfico de drogas. Com isso, uma única candidatura que poderia ir às localidades seria beneficiada.

"Durante as investigações, surgiram indícios de ameaças de líderes comunitários ligados a uma facção criminosa nacional de tráfico de drogas proibindo o acesso de candidatos à Prefeitura a certos bairros, bem como vedação de circulação em determinadas localidades", informou a corporação.

Conforme a PF, os envolvidos na organização passaram a monitorar, inclusive, policiais federais. "Aliado a isso, foram colhidos indícios acerca

da possível inércia de agentes públicos para coibir tais ameaças em prol de uma candidatura à Prefeitura de Parintins. As ações coordenadas do grupo criminoso teriam permitido a espionagem de pessoas ligadas a um grupo político do município e também monitorado o deslocamento de policiais federais com a finalidade de frustrar a atuação da Polícia Federal", enfatizou a corporação, destacando que a operação tem o apoio da Corregedoria da Polícia Militar no Estado do Amazonas "no acompanhamento da execução em face dos policiais militares envolvidos".

Jornais do município também publicaram imagens mostrando a atuação de policiais e outros agentes públicos para tentar interferir no pleito.

Na quarta-feira, também no Amazonas, a PF prendeu Dr. Raione Cabral (Mobiliza), candidato à Prefeitura de Coari, por "fazer chover" dinheiro para o público durante um comício.

R\$ 16,7
milhões

Valor em bens apreendido pela Polícia Federal, sendo R\$ 11 milhões em espécie

2.200

Número de inquéritos, conduzidos pela PF, sobre crimes eleitorais e contra o Estado Democrático de Direito

40

Quantidade de operações policiais deflagradas neste ano para combater crimes ligados às eleições

6 mil

Efetivo de policiais federais destacados para o primeiro turno das eleições

Relatório aponta aumento da violência política

» CAMILA CURADO

Desde o início do ano, foram registrados 510 casos de violência contra lideranças políticas. Somente no último trimestre, o que inclui a maior parte do período eleitoral, as denúncias chegaram a 323 — superando os 236 casos registrados no mesmo período em 2020, até então, a maior marca alcançada. Os dados são do Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), divulgados ontem.

Segundo Miguel Carnevale, pesquisador da OVPE, os episódios de violência têm aumentado exponencialmente desde o início

das medições, em 2019. "Batemos o recorde para o trimestre, mas há ressalvas. Como o tema da violência ganhou mais destaque no debate público, fica mais fácil encontrar menções e denúncias", explica.

O boletim divulgado ontem contém dados inéditos. "O Observatório buscou acompanhar as evoluções no debate acerca da violência política. Esse boletim de outubro considera uma série de atos violentos até então não tratados em nossa análise, como silenciamento, roubo e furto, vandalismo, assédio sexual, entre outros", destaca.

As violências físicas, na maior parte agressões, e psicológicas, como ameaças e intimidações,

são as mais frequentes, com 242 relatos, enquanto os outros 81 se referem a violências de outras naturezas, como desqualificação, objetificação, roubo, vandalismo, assédio, importunação e ameaças de estupro.

O Observatório também divulgou o relatório Breve panorama da violência política e eleitoral no 1º turno das eleições municipais de 2024, no qual apresenta uma análise específica relacionada a violências cometidas contra candidatos e pré-candidatos para os cargos municipais deste ano. Os pesquisadores encontraram 311 registros até 2 de outubro: 83 contra pré-candidatos e 228, contra candidatos. Nos dois casos, os ataques a familiares das vítimas

também foram contabilizados.

A chegada do período eleitoral elevou o número de agressões, que passou de dois por mês, em janeiro, para 149 em setembro. Em uma análise regional, o Nordeste aparece em primeiro lugar, com 132 (42,4%) manifestações, seguido do Sudeste, com 108 (34,7%). Entre os estados, São Paulo (50), Rio de Janeiro (43) e Bahia (29) têm a política mais violenta do país.

As violências físicas e psicológicas, com predomínio de agressões e ameaças, são as mais praticadas. Houve também registros de variações mais extremas, como tentativas de homicídio (53) e homicídio (35) — o Rio de Janeiro é o mais impactado nessa

estatística, com 17 registros.

O OVPE da Unirio classificou as vítimas por sua filiação partidária, e quase todos os partidos foram alvos de ataques. No levantamento, ao menos um pré-candidato ou candidato de 23 dos 29 partidos sofreu algum tipo de violência no período analisado. A maior delas é do União Brasil (38), seguido de PT (36), MDB (34) e PL (32).

Ante o panorama, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, anunciou, no domingo, a criação do Observatório Permanente Contra a Violência Política, com objetivo de estabelecer uma base para o enfrentamento efetivo a esses tipos de crimes.



Batemos o recorde para o trimestre, mas há ressalvas. Como o tema da violência ganhou mais destaque no debate público, fica mais fácil encontrar menções e denúncias"

Miguel Carnevale, pesquisador da OVPE